

Com o aval de João Alves, o 'sim' de Fiúza

BRASÍLIA — Na carta enviada ao presidente da CPI da máfia do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), em 5 de novembro, o ex-assessor da Comissão de Orçamento José Carlos Alves dos Santos confirma que os pedidos do deputado Fábio Raunheitti e do suplente Féres Nader (PTB-RJ) eram “tradicionalmente atendidos” pelo então ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza. José Carlos ressalta que tais pleitos constavam das listas do deputado João Alves e foram “objeto de instrução específica (ofício da própria entidade com urgente)” entregue a Fiúza.

José Carlos escreveu que estranhara o procedimento adotado, já que muitas das entidades incluídas na relação de Alves eram controladas por parlamentares — “casos do deputado Fábio Raunheitti e Féres Nader”, segundo ele. O ex-assessor informa a Passarinho que, nas subvenções liberadas para o Estado

do Rio, predominam as entidades indicadas por João Alves.

O economista elaborou uma tabela com os dez estados que mais receberam recursos de subvenções sociais em 1992. Ele pôs o Rio em primeiro lugar e, ao lado do valor liberado (US\$ 7,1 milhões), observou: “concentração das entidades relacionadas com o esquema do deputado João Alves”. Uma de suas conclusões é de que o então ministro da Ação Social tinha conhecimento e participava do esquema.

Nas listas encaminhadas por João Alves ao Ministério da Ação Social, apareciam em destaque as faculdades de Raunheitti. A generosidade era tamanha que enquanto o Hospital Escola São José, do deputado, foi beneficiado com US\$ 1,3 milhão, a PUC do Rio, por exemplo, teve que se contentar com uma quantia insignificante: US\$ 1,07 mil.